

CRÉDITO RURAL

Fogaça cobra solução para TR e Osmar condena calote

Foto: Marcia Kalline



Fogaça (E) pediu abertura de diálogo com governo e Osmar condenou calotes ao BB

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem a abertura de diálogo entre o Congresso e o Governo em busca de uma fórmula de financiamento da agricultura. Ele declarou-se favorável à concessão de subsídios ao setor rural, mas de uma maneira clara, com a indicação das verbas, "para que toda a sociedade saiba quanto paga para ter alimentos à vontade".

O senador alertou para a responsabilidade do Congresso de negociar uma solução, pelo fato de ter equiparado a correção dos empréstimos rurais à atualização dos preços mínimos, o que significou o fim da Taxa Referencial no crédito rural.

Já o senador Osmar Dias (PP-PR) disse que os "barões da agricultura brasileira não devem ser anistiados". Ele garantiu que 95% dos agricultores brasileiros, principalmente os pequenos, pagam em dia suas dívidas com os bancos, "mesmo que tenham de vender pedaços de suas propriedades".

Página 3

Visita de FHC dá esperança a Cunha Lima

Página 3

Dutra exige definição sobre conselho

Página 4

Alcântara quer cautela com volta do IPMF

Página 4

Senado debate a privatização da Vale

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce é o tema de exposição a ser feita hoje (dia 16) pelo presidente da empresa, Francisco Schettino, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Também comparecerá à reunião o presidente da Salobo Metais, Marconi Tarbes Vianna, que falará sobre alternativas econômicas de localização da metalúrgica a ser implantada por essa subsidiária da Vale.

Outra comissão que se reúne nesta terça-feira, às 10h, é a de Educação, para examinar cinco matérias, dentre essas projeto de lei do Senado

que trata do ensino da Língua Espanhola nos estados limítrofe com os países que formam o Mercosul. Figuram ainda na pauta projetos sobre os seguintes assuntos: proibição da caça da baleia e de outros mamíferos aquáticos em águas brasileiras; criação do "Dia Nacional do Radialista"; e instituição do "Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático".

Finalmente, às 17h de hoje, o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, fará palestra na Comissão Especial do Senado incumbida de estudar projetos para aquela região.

Odacir pede reavaliação do projeto Sivam

A verba para a conclusão das obras de pavimentação da rodovia que liga o Brasil ao Pacífico é mais importante para a Amazônia do que o Sivam e corresponde a um terço do custo do projeto, afirma o senador Odacir Soares. Página 4

Comissão decide nesta 4ª sobre lei de patentes

O parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre o projeto de Lei de Patentes será votado nesta quarta-feira (dia 17) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Na reunião, marcada para 10h, serão examinadas mais onze proposições. Suassuna anunciou que seu parecer, apresentando um substitutivo ao projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, acolhe algumas emendas oferecidas pelo senadores.

Uma das preocupações do relator na elaboração do substitutivo foi a de procurar adaptar o texto da legislação brasileira de proteção à propriedade industrial e ao direito autoral aos conceitos aprovados no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), do qual

o Brasil é signatário. Além disso, o relator defende mecanismos de proteção ao consumidor nacional, sob a forma de licença compulsória e a importação paralela. Desde o início da tramitação da matéria, na Câmara, esses pontos sempre foram motivo de intensos debates parlamentares.

Na reunião de amanhã da Comissão de Justiça, a previsão é de que as discussões igualmente serão intensas



Ney Suassuna

quando da apresentação do parecer de Ney Suassuna. O prazo para a tramitação da matéria na CCJ termina nesta semana. O projeto seguirá então para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, que deverá analisar seu mérito. Depois, a matéria será encaminhada à Mesa, para entrar

na ordem do dia do plenário do Senado.

A pauta da reunião da CCJ se completa com a apreciação de propostas de emenda constitucional de iniciativa de se-

naidores, além de cinco projetos de lei da Câmara dos Deputados e um ofício do Supremo Tribunal Federal enviando acórdão sobre a inconstitucionalidade de duas leis do Estado de Santa Catarina.

Também compõe a pauta uma consulta da Mesa do Senado e a questão de ordem que havia sido levantada pelo líder do governo, senador Elício Álvares (PFL-ES), sobre o resultado da apuração dos votos na sessão do Congresso que derrubou o veto presidencial à desvinculação do crédito agrícola em relação à Taxa Referencial (TR). Este último tópico ficou superado pela decisão do presidente do Senado, José Sarney, que promulgou, na última quinta-feira, o resultado daquela votação.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despacho interno.

11h - Recebe o senador Iris Rezende e membros da Assembleia Legislativa do estado de Goiás.

11h30 - Recebe o embaixador da República Tcheca, Antonín Blazec.

11h40 - Recebe o embaixador de Cuba, Ramon Sanches Parodi.

11h50 - Recebe o embaixador do Peru, Alejandro Gordillo.

12h - Recebe o deputado Nan Souza, o presidente do Conselho Federal de Química, Jesus Miguel Tajra Adade, e membros dos Conselhos Regionais.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

17h30 - Recebe os deputados Carlos Nelson (PMDB/SP), Sebastião Madeira (PSDB/MA) e Barbosa Neto (PMDB/GO).

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PLC nº 11/95, que veda a concessão de financiamento a servidores públicos para aquisição de bens particulares. (Em votação) *Requerimento nº 627/95, solicitando a remessa à Comissão de Educação, do PLC nº 115/93, sem prejuízo de despacho anterior que determinou o exame da matéria pelas Comissões de Constituição, Justiça, e Cidadania e de Assuntos Econômicos. (Em votação) *Requerimento nº 700/95, solicitando a retirada do PLS nº 85/95, que altera o art. 6º da Lei nº 8.137/90, que "define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo" e o art. 13 da Lei nº 6.729/79, que "dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre", e dá outras providências. (Em votação) *PLC nº 15/93, que altera a redação do art. 3º e parágrafo único do art. 6º, da Lei nº 7.377/85. (Em discussão) *PLC nº 81/94, que altera a CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista. (Em discussão) *Requerimento

nº 698/95, solicitando que, sobre o PLC nº 65/95, que "estabelece regras para produção independente de energia elétrica, e dá outras providências", além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

COMISSÕES

10h - Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Exposição dos Presidentes da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, e da Salobo Metais Ltda., (subsidiária da CVRD), Marconi Tarbes Vianna, sobre: "Privatização da CVRD e "alternativa econômica de localização da metalúrgica do projeto Cobre Salobo -Cobre/Ouro/Prata". Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLC nº 4/95, (não terminativo) que dispõe sobre o arquivamento de cópias de filmes cinematográficos, e dá outras providências; *PLC nº 15/95 (não terminativo), que proíbe a captura de mamíferos aquáticos das ordens sirêneo, carnívora e cetáceo, e de répteis da ordem chelonía, em território brasileiro, e dá outras providências; *PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul; *PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o "Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático"; e *PLS nº 59/95 (terminativo), que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional do Radialista", e dá outras providências. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial Temporária "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Pauta: Exposição do presidente da Codevasf, Airson Bezerra Lócio. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

(Paulo Henrique Bezerra)



Foto: Marcia Kallme

Ronaldo Cunha Lima Cunha Lima pede medidas eficazes para Nordeste

A anunciada visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste foi objeto de pronunciamento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que revelou sua expectativa de que na ocasião seja concretizada a divulgação de um elenco de "medidas eficazes em favor da região", com especial consideração ao problema da seca.

- A visita do presidente da República representa o renascer da esperança e do otimismo, principalmente nesse momento de dificuldades devido à estiagem, que já prejudica a atividade agrícola, ameaçando, mais uma vez, a economia nordestina - afirmou.

O senador disse haver obtido informações de que Fernando Henrique Cardoso vai anunciar medidas para a recuperação da cultura do algodão em todo o Nordeste.

Cunha Lima aproveitou para elogiar os primeiros meses de administração do governador de seu estado, Antonio Mariz, afastado por problemas de saúde. O senador apoiou o programa de desenvolvimento da Paraíba adotado por Mariz, com destaque para a política de geração de emprego e aumento da renda.

O Congresso Nacional, que equiparou a correção dos empréstimos rurais à atualização dos preços mínimos, deve agora negociar com o Executivo alguma forma de financiar a agricultura. Caso não faça isso, estará contribuindo para a volta da inflação. Essa foi a posição manifestada ontem, em plenário, pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), depois de afirmar que defende a concessão de subsídios ao setor rural, "mas de uma maneira clara, com a indicação das verbas, para que toda a sociedade saiba quanto paga para ter alimentos à vontade".

- O que não pode é o Congresso suprimir a TR nos financiamentos rurais e não indicar como o Banco do Brasil arcará com essa dívida. Não podemos tirar a TR e deixar que as abóboras se acomodem na carro-

FOGAÇA:

"Quem suprime TR do crédito rural deve dizer de onde sairá o dinheiro"

ça. O Congresso deve agora dialogar com o Executivo para resolver a situação - acrescentou.

José Fogaça, relator da medida provisória do Plano Real, informou que em setembro do ano passado disse a produtores

públicos."

Lúdio Coelho (PSDB-MS) sugeriu que o governo crie impostos no mesmo nível dos subsídios concedidos por outros países que exportam produtos agrícolas para o Brasil. A seu ver, a recriação do (IPMF) poderá destinar recursos para formação de um fundo de financiamento rural. José Fogaça anunciou que apoiará a volta do IPMF se parte do dinheiro se destinar ao crédito agrícola.

O senador Belo Parga (PFL-MA) concordou em que o Banco do Brasil não pode emprestar aos agricultores sem cobrar a TR, pois o banco paga essa taxa ao captar dinheiro em caderneta de poupança. Emília Fernandes (PTB-RS) apoiou a defesa do setor rural feita pelos outros senadores.

"Não podemos tirar a TR e deixar que as abóboras se acomodem na carroça"



res de arroz do Rio Grande do Sul que era contra o fim da TR nos financiamentos agrícolas. "Defendo uma política agrícola de forma cristalina, sem decisões nebulosas como a do veto da TR. Não concordo com situações obscuras, onde se passam os custos aos cofres

OSMAR DIAS:

"Barões da agricultura não devem ser anistiados. Os pequenos pagam"

Depois de destacar que 95% dos agricultores brasileiros pagam em dia suas dívidas com os bancos, "mesmo que tenham de vender pedaços de suas propriedades", o senador Osmar Dias (PP-PR) afirmou, em plenário, que "os barões da agricultura brasileira não devem ser anistiados". Ele citou a reportagem de capa da revista *Veja* desta semana, que enumera os produtores rurais com as maiores dívidas com o Banco Brasil, os quais deverão ser beneficiados pela lei 8.880, que equipara a correção dos empréstimos rurais à atualização dos preços mínimos.

Destacando que não faz parte da "bancada ruralista" do

Congresso, apesar de ser produtor, Osmar Dias informou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem mostrado interesse em resolver os problemas dos agricultores. Entretanto, disse não entender

produtor. Vilson Kleinübing (PFL-SC) perguntou se o governo terá armazéns suficientes para guardar toda a compra de arroz e o que o Banco do Brasil vem fazendo para cobrar as dívidas dos grandes plantadores.

Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que gostaria que a revista *Veja* publicasse a lista dos grandes devedores do Banco do Brasil de outros setores da economia. Antônio Carlos Magalhães (PFL-

BA) opinou que, "na verdade, os grandes vilões do povo não são os agricultores". Lembrou que toda a dívida vencida dos produtores de cacau da Bahia soma R\$ 51 milhões.



"Dos alimentos produzidos no país, 60% saem das mãos dos pequenos agricultores"

porque o governo decidiu comprar de cada produtor de arroz do Rio Grande do Sul, pelo preço mínimo, 10 mil sacas. No caso do milho, a decisão do governo foi de comprar "apenas 150 sacas" por



Lúcio Alcântara

Alcântara quer cautela com volta do IPMF

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) recomendou que seja adotada extrema cautela na discussão sobre a possibilidade de volta da cobrança do IPMF para utilização dos recursos arrecadados na área de saúde, conforme proposta do ministro Adib Jatene.

- A restauração do IPMF exige debate cuidadoso e profundo, que estabeleça quais são as prioridades, do que realmente se vai dispor e no que se gastará - disse.

Alcântara alertou para o fato de que é preciso situar com precisão o que a volta do imposto significaria, em termos concretos, no caixa da saúde:

- Historicamente já sabemos que, quando se anuncia a criação de fonte de recursos para a saúde, o que ocorre, na realidade, é uma substituição de fontes, e não a agregação de recursos novos - afirmou.

O senador enfatizou a necessidade de haver um aumento real nos gastos públicos com saúde, para atender à grande demanda reprimida no setor, que se expressa nas filas de usuários nos hospitais públicos.

Odacir pede a FHC que reavalie Sivam

Pavimentação de rodovia que liga Amazônia ao Pacífico é mais importante, diz senador

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que reavalie a necessidade do Projeto Sivam, enquanto permanece sustada a assinatura dos contratos de implementação do sistema.

"Ninguém ignora a grande borrasca que anda a acossar o Sivam", disse, lembrando que como parlamentar amazônico o que lhe interessa efetivamente é obter respostas satisfatórias para indagações suscitadas por depoimentos prestados nas comissões de Fiscalização e Controle, e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

Odacir Soares lembrou que o general Thaumaturgo Sotero Vaz, ex-chefe do Estado Maior do Comando Militar da



Odacir Soares

Amazônia, chamou o projeto de "elefante branco" e afirmou que o Governo vai desperdiçar cerca de US\$ 1,4 bilhão "que poderiam ser aplicados no combate à fome, à pobreza e ao desemprego na região".

De acordo com o senador, caso o presidente opte pela conclusão do sistema, ele deve priorizar alternativas de implementação mais baratas em razão da falta de recursos para outros projetos já em curso na Amazônia. "A verba para a conclusão das obras de pavimentação da rodovia que liga o Brasil ao Pacífico corresponde a um terço do Sivam", disse Odacir Soares, questionando a "inadiável" monitorização da região Amazônica.

Morte de Aragão repercute

O envio de condolências à família do ex-senador Ronaldo Aragão, falecido ontem em Porto Velho, foi solicitado à Mesa pelo senador José Bianco (PFL-RO), que, por designação do presidente do Senado, José Sarney, irá representar a Casa nos funerais do ex-parlamentar.

A morte de Aragão, que tinha 49 anos, foi lamentada

por diversos senadores. Hugo Napoleão (PFL-PI), José Fogaça (PMDB-RS), Bernardo Cabral (PP-AM), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Elcio Álvares (PFL-ES), todos em nome de suas respectivas lideranças, exaltaram as qualidades de Ronaldo Aragão como homem público.

Dutra cobra definição sobre conselho

O Congresso Nacional deverá promover, dentro de 60 dias, a eleição e instalação do Conselho de Comunicação Social. Parecer nesse sentido foi apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), argumentando que, conforme dispositivo constitucional, cabe ao referido conselho, como órgão auxiliar do Legislativo, deliberar sobre a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (rádio e TV).

A iniciativa de José Dutra foi motivada pelo projeto de regulamentação do serviço de TV a cabo, encaminhado pelo Ministério das Comunicações,

que, para sua aprovação, depende de parecer do Conselho de Comunicação Social. Entretanto, esse conselho ainda não foi constituído. Por isso, segundo o senador, estaria havendo dificuldades de procedimento já que a matéria foi encaminhada à apreciação da Comissão de Educação.

Dutra salienta que a análise do documento remetido pelo ministro das Comunicações "não é de competência da Comissão de Educação do Senado, mas sim, desde o advento da lei 8.389/91, exclusivamente do Conselho de Comunicação Social".



José Dutra

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.